

O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal

Pedro Hespanha

Luciane Lucas dos Santos

Luciane Lucas dos Santos

Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Foi investigadora pós-doutoral financiada pela FCT, por meio do Programa Operacional Potencial Humano do Fundo Social Europeu (POPH/FSE). Integra, neste momento, a equipa do projeto de investigação «ALICE: Espelhos estranhos, Lições Imprevistas», coordenado por Boaventura de Sousa Santos (alice.ces.uc.pt), no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É membro do Grupo de Estudos sobre Economia Solidária (Ecosol/CES).

lucianelucasdosantos@gmail.com

Pedro Hespanha

Sociólogo e professor jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, investigador do CES—Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra. É coordenador do Grupo de Estudos sobre Economia Solidária (Ecosol/CES). Sócio fundador da RedPES—Rede Portuguesa de Economia.

pedro.hespanha@gmail.com

PALAVRA CHAVE

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PORTUGAL
ECONOMIA COMUNITÁRIA
ECONOMIA SOCIAL
ESTADO

KEY WORD

SOLIDARITY ECONOMY IN PORTUGAL
SOCIAL ECONOMY
COMMUNITY ECONOMY
STATE

RESUMO

Este artigo analisa o conceito de Economia Solidária em Portugal, buscando diferenciá-lo de outras nomenclaturas relacionadas. Faz inicialmente uma breve discussão acerca dos limites da Economia como campo de conhecimento, propondo a Economia Solidária como uma alternativa para a construção da autonomia económica e simbólica dos sujeitos. Ao propor uma tipologia inicial e um conjunto de critérios, o texto problematiza a relação da Economia Solidária com as entidades de Economia Social e, principalmente, com o Estado—central e local. Neste sentido, busca-se mostrar que o caráter coletivo/comunitário da Economia Solidária pode ficar comprometido já à partida pela necessária institucionalização de experiências informais desde o seu início. Ao mesmo tempo, observamos, contraditoriamente, que as iniciativas de Economia Solidária continuam invisíveis ou de pouco reconhecimento no âmbito das políticas públicas, apesar dos seus possíveis contributos para a redução da vulnerabilidade social e para a articulação dos cidadãos por um outro tipo de consumo.

ABSTRACT

This paper analyzes the concept of Solidarity Economy in Portugal, seeking to differentiate it from other related nomenclatures. Initially makes a brief discussion about the limits of economics as a field of knowledge, proposing the Solidarity Economy as an alternative to the building of economic and symbolic autonomy of the subjects. In proposing an initial typology and a set of criteria, the text discusses the relationship between Solidarity Economy and both social economy and (central and local) state. In this sense, it seeks to show that the collective/communitarian dimension of Solidarity Economy can be challenged by the inevitable institutionalization of informal experiences since its inception. At the same time, it found, paradoxically, that the Solidarity Economy initiatives remain invisible or with little recognition by public policies, despite their potential contributions to the reduction of social vulnerability and to the articulation of citizens towards an alternative type of consumption.

1. Introdução

A Economia Solidária em Portugal, embora ainda tímida relativamente às suas potencialidades, revela condições propícias para se desenvolver como prática social e económica, com contributos significativos na produção e reprodução da vida material. Além de formas associativas e de cooperação, as relações de reciprocidade (que vemos com mais nitidez no meio rural) e as pequenas trocas presentes no quotidiano português são exemplos de que uma outra economia se desenrola na contramão das urgências e do imaginário de performance que anima a economia de mercado. Também contribui para este florescimento o intercâmbio científico (e que tem se intensificado) com países onde a Economia Solidária conquistou um lugar de destaque—sobretudo o Brasil e a França. Por todas estas questões, entendemos que a Economia Solidária em Portugal tende a fortalecer-se e a consolidar algumas de suas manifestações.

Ainda assim, embora o conceito já tenha construído uma certa trajetória na Europa, especialmente nos países francófonos, o termo mantém-se pouco utilizado em território português, constituindo-se como tema relativamente recente em universidades e centros de investigação. A relação intrínseca com a temática da Economia Social—coincidindo com ela em certos pontos e se distanciando de forma bastante evidente em outros—torna a Economia Solidária um campo de estudos ao mesmo tempo estranho e familiar. Tendo em comum o cooperativismo e certas experiências de crédito associativo, a Economia Solidária particulariza-se por enfatizar as iniciativas económicas coletivas (formais ou não), caracterizadas pela autogestão, pelo trabalho associado e pela solidariedade—entendida aqui não como relação desigual de ajuda, mas como redistribuição equitativa de oportunidades, bens e resultados.

Constituindo práticas económicas que escapam à lógica usual da produção e do consumo capitalistas, a Economia Solidária tem encontrado terreno bastante fértil nos países da América Latina (nomeadamente o Brasil), em que a associação—em termos de produção, consumo, comercialização e crédito—se tornou uma forma de luta contra a exclusão social e económica, bem como um modo alternativo de criação de emprego e de rendimento. Contudo, mais do que uma economia alternativa proveniente dos setores populares com vista a garantir a sobrevivência, a Economia Solidária conformou-se, em muitos países, como uma alternativa à economia capitalista, traduzindo-se em uma infinidade de experiências que apontam para uma outra economia possível: cooperativas de trabalhadores; cooperativas de produção, serviço ou consumo; empresas autogestionárias; comércio justo; redes solidárias de troca; bancos comunitários, entre uma infinidade de iniciativas.

Em Portugal, especificamente, ao mesmo tempo que o termo ganha mais evidência, sobretudo diante da busca de alternativas para lidar com a crise económica na Europa, muitas experiências comunitárias e informais, com uma racionalidade totalmente diversa, saem da profunda invisibilidade a que foram submetidas frente ao predomínio do modelo capitalista de produção e consumo. Cabe, entretanto, ressaltar que estas experiências não se encaixarão necessariamente nas categorias encontradas e já consolidadas na Economia Solidária de países como o Brasil—o que de forma alguma diminui sua relevância e potencial transformador. Em Portugal—e na Europa, de um modo geral—, assistimos a uma subtil e progressiva revalorização de certas dinâmicas comunitárias e vicinais que apontam para uma insatisfação com os rumos da Economia, como a conhecemos em resultado dos efeitos que ela tem provocado no contexto social e no meio ambiente. Multiplicam-se as iniciativas ligadas ao Movimento de Transição, as que buscam uma relação direta entre produtores e consumidores,

as que fortalecem a articulação entre vizinhos (a exemplo dos jardins comunitários e comestíveis¹) e as que se baseiam em propostas de consumo crítico e solidário. Ao lado destas iniciativas que nascem nos espaços urbanos e rurais e rapidamente se disseminam, outras tantas formas de organização comunitária voltam a ser recuperadas pelo imaginário português. A Economia Solidária tem estado atenta a estas formas coletivas de organizar o espaço e a economia nas aldeias.

É de se lembrar, mais uma vez, que Portugal, na sua condição semi-periférica, constitui um espaço privilegiado de experiências esquecidas, potencialmente contra-hegemônicas e silenciadas por um imaginário dominante de crescimento e desenvolvimento nacional. A recuperação destas experiências de reciprocidade e associativismo, em que a dimensão comunitária permite a reunião equitativa e não-hierárquica de saberes diversos—urbanos, populares, camponeses—constitui uma oportunidade singular de se repensar Portugal como possível espaço de sociabilidades ocultas, de racionalidades económicas paralelas e de um manancial de experiências contra-hegemônicas ainda não completamente identificadas pelas Ciências Sociais. Embora as pesquisas apontem para poucos estudos portugueses no tema da Economia Solidária, uma infinidade de experiências informais—que não se enquadram como cooperativas, associações ou mutualidades—apontam para diversas iniciativas solidárias a serem sistematizadas: de hortas urbanas a fornos e eiras comunitárias, de circuitos curtos a cooperativas de consumo, de sistemas comunitários e vicinais de distribuição e comercialização a redes colaborativas solidárias mais amplas.

Tendo em conta a invisibilidade destas experiências, o artigo que escrevemos busca lançar luz sobre dois pontos:

1—A baixa porosidade do discurso da Economia Solidária em Portugal, apesar de todas as evidências que apontam para a presença ativa de outras racionalidades económicas, tanto nas cidades como no meio rural e

2—O défice do reconhecimento institucional no contexto português, o que não só tem impacto nas possibilidades de disseminação da Economia Solidária como prática regular no País mas também na sua transformação em objeto de políticas públicas, nomeadamente no plano das autarquias. Fazendo uma breve análise da situação da Economia Solidária em Portugal—em que discutimos as suas possibilidades de expansão e os seus limites—procuramos traçar um panorama da situação atual e dos dilemas futuros. A institucionalização excessiva por que têm passado as iniciativas portuguesas no âmbito da Economia Social voltadas ao combate da vulnerabilidade social demonstra o difícil caminho por percorrer. A institucionalização excessiva pode, como veremos a seguir, sufocar os princípios sobre os quais a Economia Solidária se sustenta. Por sua vez, a relativa indiferença do Estado (e de outras instituições) à articulação dos próprios cidadãos contribui para um avanço tímido, entre a surpresa, o receio e a falta de investimento.

Na primeira parte deste artigo, faremos uma breve retrospectiva do conceito e dos princípios que fundamentam a Economia Solidária de um modo geral. A seguir, discutiremos a Economia Solidária em Portugal, apresentando brevemente suas características gerais, potencialidades e limites. Na terceira parte do artigo, problematizaremos a invisibilidade destas iniciativas no caso português, procurando levantar algumas hipóteses que expliquem as suas raízes e consequências. Por fim, lembrando as dimensões políticas que a ES pode assumir nos territórios em que se expande, no sentido de dotar os sujeitos de uma visão crítica sobre a realidade em que vivem, estimulando-os a organizar a vida material por uma outra lógica, analisaremos as razões que fundamentam a falta de reconhecimento pelo Estado e instituições públicas.

2. De um outro modo de pensar a economia à Economia Solidária

A Economia tem sido alvo de críticas diversas, seja por especialistas e académicos de diferentes áreas, seja por setores da sociedade civil que nem sempre vêm sentido nos impactos constantes vividos na gestão quotidiana de seus recursos. Cabe aqui, entretanto, uma pergunta: de que Economia estamos exatamente a falar?

Embora existam diferentes correntes do pensamento económico, a «Economia» a que usualmente nos referimos quando falamos de economia mainstream é de orientação neoclássica, marcada por uma valorização excessiva daquilo que é calculável e por um explícito desprezo por toda a dimensão não-económica subjacente à constituição do económico como tal (Zein-Elabdin, 2004; Callari, 2004). Assim, a matematização da Economia pós revolução marginalista—em que o trabalho como medida de valor cede lugar ao princípio da utilidade, baseado na oferta e na procura²—, não só confere um falso tom de neutralidade à teoria económica, como ainda dificulta a perceção acerca do lugar que ocupam os seus agentes na conformação das idiossincrasias do mercado.

Escolas heterodoxas da Economia, que se insurgem contra esta abordagem redutora na explicação dos fenómenos económicos, apresentam outras abordagens e leituras, de que as vertentes marxista, feminista e institucionalista são exemplos a ter em conta (Zein-Elabdin, Charusheela, 2004).

Contudo, como lembra McCloskey (1983), predomina na Economia um credo modernista, envolto em metas não necessariamente atingíveis de predição, experimentos claramente observáveis e objetividade. Partindo de Paul Feyerabend (1993), com sua crítica ao método científico nas ciências naturais, McCloskey (1983), apesar de um adepto do livre mercado, expõe as fragilidades daquilo que ele chama de «retórica da Economia». E vai mostrar, neste sentido, o excesso de confiança dos economistas nas estatísticas³ e na condição

de apontarem, pelo método científico, a falseabilidade de premissas na construção do edifício epistemológico da Economia. McCloskey não está sozinho. Por uma via diferente, a da ontologia económica, Lawson (2009:101), discutindo o desencontro entre a realidade pressuposta nos métodos escolhidos pelos economistas e a natureza propriamente dita da realidade social observada, vai apontar a irrelevância do formalismo para garantir a precisão dos resultados.

São as abordagens heterodoxas, entretanto, que, na contramão da aposta no formalismo, vão reafirmar outras dimensões da Economia. Com atenção a aspetos específicos da dinâmica económica, o Institucionalismo, por exemplo, vai buscar pensar a Economia a partir de sua complexidade no mundo real, observando a dinâmica entre os agentes, a interferência do ambiente na conformação desta dinâmica e a fragilidade da teoria da escolha racional para explicar os fenómenos económicos (Reis, 1998). Dito de outro modo, o institucionalismo vai observar a tessitura e a dinâmica de relações que conformam o económico num determinado contexto, explicando como as pessoas organizam, em interação, a sua vida material. À frente desta análise institucional, que opõe uma perspetiva substantivista a uma abordagem formalista da Economia⁴, Karl Polanyi (1957) vai demonstrar o equívoco epistémico de se tomar a economia por uma de suas formas históricas, o mercado⁵, confundindo-se as preocupações deste mercado (a exemplo da formação de preços) com outros modos de constituir a vida material, em que perspetivas como esta deixam de ser essenciais (Machado, 2012; Laville, 2008). Neste sentido, pode-se dizer que Polanyi vai também questionar a universalidade da teoria económica moderna (Humphrey apud Machado, 2012).

Além disto, ele também vai demonstrar o processo de descontextualização (*disembedding*) por que a economia capitalista tem passado (Polanyi, 1957; Machado, 2010), tendo em vista a dissociação da esfera do económico relativamente ao contexto

das relações sociais em que ocorre. Questionando a pertinência desta desconexão, Polanyi (1957) vai argumentar que a economia se subordina às relações sociais (e não o inverso), sendo ela parte do social e não um aspecto determinante dele.

A abordagem institucionalista, entretanto, não está sozinha nestes questionamentos. Muitos autores têm se disposto a repensar os axiomas da Economia, sobretudo a neoclássica, como parâmetros de análise—sobretudo diante da sua grande influência nas ciências sociais. Vários aspetos da (re) produção social, de indiscutível relevância para o pleno funcionamento não só das engrenagens da produção capitalista mas também da organização mais ampla da vida material, têm sido reiteradamente subestimados, a exemplo do trabalho feminino não-pago e das tarefas relativas ao cuidado. A economia feminista tem propiciado, neste sentido, análises contextuais importantes. Dão visibilidade ao que a Economia mainstream insiste em ignorar, com alguns autores do campo chegando a propor formas de quantificação deste trabalho, com o objetivo de salientar a sua importância para a provisão do domicílio (Nelson, 2005; Waring, 1988; Coelho, 2009). E, assim, outros elementos que usualmente ficam de fora da Economia mainstream começam a aparecer em diferentes análises, mostrando as invisibilidades naturalizadas⁶ do discurso económico.

E se as economias feministas ressaltam outras dimensões da organização da vida material que a economia mainstream não considera em sua matematização do quotidiano, outras temáticas, igualmente invisíveis, vão aparecer em agendas paralelas, como o demonstra o campo das economias comunitárias (Gibson-Graham, 1996, 2006, 2007; Miller, 2013)⁷.

Conforme ressaltam Gibson-Graham (1996, 1996), o que vemos da Economia é ainda uma parte muito pequena daquilo que a constitui no seu todo. Como na visão de um iceberg, identificamos aquilo que salta aos olhos—a saber, o trabalho assalariado, a produção capitalista e o mercado—, ficando fora

do nosso campo de visão muitas outras formas através das quais usualmente «produzimos, trocamos e distribuímos valores» (Gibson-Graham, 2007: 1). É nesta zona cinzenta, entretanto, que uma parte significativa das trocas económicas diárias acontecem: trocas entre vizinhos, circulação de bens e recursos entre familiares, trabalho não-pago, redes informais de trocas, cooperativas de consumo e produção, empresas sociais, voluntariado, experiências envolvendo dádiva, entre uma infinidade de outras possíveis (*ibidem*).

Mais do que salientar as diferentes formas de se realizar as trocas económicas, as economias comunitárias vão além: elas promovem um alargamento epistemológico da economia como campo de saber (Santos, L., 2015) à medida que questionam algumas premissas tomadas como axiomas, relativamente às formas de estabelecer comensurabilidade, remunerar o trabalho e distribuir excedentes⁸ (Gibson-Graham, 2007).

As economias solidárias, neste caso, apresentando fortes pontos de contacto com as economias comunitárias (Miller, 2013), trazem exemplos concretos deste alargamento epistemológico da Economia. Os exemplos são vários. Clubes e feiras de trocas escolhem bens do quotidiano como medida básica de valor para paridade—uma dúzia de ovos, um certo número de garrafas recicláveis, um pão (Santos, L., 2012, Santos e Silva, 2014; Soares, 2011). Do mesmo modo, moedas complementares propõem, na ausência do dinheiro, uma forma diferente de remunerar o trabalho—inclusive de voluntários—, dinamizando trocas entre pessoas e coletivos⁹. A distribuição desigual de excedentes, por sua vez, também é posta em xeque na sua pretensa universalidade: na economia solidária, grupos podem decidir, via autogestão, redistribuir recursos recolhidos coletivamente, de acordo com as necessidades específicas de seus membros (Santos, L., 2013).

Diante de inúmeros exemplos retirados do dia-a-dia – que comprovam que a tríade salário-mercado-empresa não representa a dinâmica social do provimento na sua totalidade –, abre-se um espaço importante para desmistificar a Economia, assinalando que não são unânimes nem os seus critérios de análise nem as regras que atualmente norteiam a vida material dos sujeitos. Neste contexto, a Economia Solidária se consolida com uma proposta diferente.

3. Repensando a Economia Solidária, seus contributos e suas limitações

Partimos de uma definição ampla de economia solidária. Grosso modo, ela pode ser vista como o conjunto dos arranjos económicos colectivos de produção, consumo, comercialização e crédito (incluindo as iniciativas de reprodução social geridos pelos próprios cidadãos, a exemplo de alguns serviços de proximidade), em meio rural ou urbano, que estejam baseados na gestão partilhada, na solidariedade (como redistribuição equitativa de bens e oportunidades) e na cooperação. Engloba, portanto, uma diversidade de atividades económicas baseadas em relações colaborativas e em princípios de gestão democrática, distinguindo-se da economia de mercado – que predomina largamente nas sociedades contemporâneas e está assente em relações de competição e princípios de valorização do capital.

Alguns aspetos merecem ser sublinhados nesta definição. Primeiro, a autogestão como método democrático de tomar decisões e de se autogovernar. Entendida como uma consequência da decisão de desenvolver uma atividade económica baseada no trabalho associado, em que as decisões fundamentais têm de ser tomadas pelo coletivo, a autogestão vai muito além da co-responsabilização dos trabalhadores pelos resultados do empreendimento ou da sua participação na organização do processo produtivo que marcaram as experiências jugoslava e do capitalismo cogestionário.

Sendo um modo de os próprios grupos sociais solucionarem coletiva e autonomamente os seus problemas, as iniciativas de economia solidária não se confundem com os modos de intervenção social através dos quais uma organização ou entidade visa solucionar problemas sentidos por grupos sociais desfavorecidos.

Um segundo aspeto a ressaltar nestas experiências é a presença acentuada da informalidade, própria de uma economia de dádiva e de reciprocidade – produto de relações fortes dentro dos grupos primários e fundada no interconhecimento e na interdependência. Ainda que particularmente visível nas iniciativas de economia solidária com raízes na economia popular, a informalidade atravessa igualmente as iniciativas que emergem nas sociedades mais afluentes, tendo origem em grupos sociais que não partilham da distribuição da riqueza ou que se sentem mais inconformados pela alienação consumista.

Um terceiro ponto refere-se ao sentido de solidariedade, ainda mal compreendido em certos contextos onde a Economia Solidária começa a ganhar força e confundido com a ideia de ajuda à população carenciada. O atributo da solidariedade, aqui, identifica-se com a redistribuição equitativa de oportunidades, bens e resultados entre iguais, entre pessoas e grupos que partilham os mesmos problemas e aspirações, envolvendo fundamentalmente uma cooperação baseada em relações de proximidade e de confiança, cimentadas na vontade de superar dificuldades comuns, de partilhar os recursos e de concertar os interesses particulares com o objetivo último de viver melhor. Esse cimento que aproxima as pessoas pode ter os fundamentos mais diversos e, não raro, ela combina vários deles: ethos da similitude, consciência da interdependência social ou da dívida social, imperativo de natureza religiosa, política ou ética (Stjerno, 2004; Paugam, 2007; Sennett, 2012). A solidariedade da Economia Solidária não se confunde, portanto, com aquela outra solidariedade,

de base religiosa ou laica, fundada nos valores da caridade, do altruísmo ou da filantropia. A ética empresarial, a responsabilidade social das empresas, o empreendedorismo social e o voluntariado social são as expressões mais comuns deste outro tipo de solidariedade, assimétrica e paternalista. Coexistindo muitas vezes e tendo ambas um papel relevante a desempenhar, a sua gênese, filosofia e trajetória são bem distintas e em certa medida concorrentes.

Existe também uma diferença, neste caso menos clara, entre a Economia Solidária e aquilo que se tem designado de Economia Social, ou seja organizações destinadas a prestar serviços aos seus membros ou à comunidade, com autonomia de gestão e controlo democrático, em que o lucro é um objetivo secundário. Tendo uma origem comum, a Economia Social – que surge da luta da classe trabalhadora, no século XIX – foi-se institucionalizando, ou seja assumindo um papel reconhecido e apoiado pelo Estado, à medida que este foi assumindo crescentes funções providenciais. Da Economia Social fazem parte, hoje, as cooperativas, as mutualidades e as associações, embora parte da dimensão política destas iniciativas se tenha perdido. As iniciativas mais espontâneas, inovadoras e democráticas, mais difíceis de enquadrar institucionalmente, foram ficando de fora e a Economia Solidária tornou-se assim a designação comum destas formas emergentes ou das formas tradicionais não enquadráveis.

Um quarto aspeto a se ter em conta diz respeito à existência duma dimensão política nestas iniciativas da Economia Solidária. Tal dimensão, que nem sempre é assumida como tal, identifica-se, antes de mais, com a sua condição de contrapoder e manifesta-se de múltiplas formas:

a/ na resistência – ou na procura de alternativas – a um sistema de relações económicas que, através do estímulo à competição e ao risco, favorece a posição daqueles que têm mais recursos e mais poder;

b/ numa re-significação do tecido democrático, ampliando o poder de deliberação dos sujeitos, desmercantilizando a vida (Santos, 2011) e aprofundando direitos, muitos dos quais relacionados com lutas (feministas, ecológicas, anti-coloniais) invisibilizadas pelo capitalismo como modelo civilizacional; e

c/ numa gama muito diversa de práticas de expressão política: da reivindicação contestatária à auto-resolução dos problemas, da organização de movimentos de base à disseminação de agendas de luta pelos direitos de cidadania, da pressão sobre as instituições à resistência ativa ou passiva perante as imposições destas (Laville, 2009: 21). Acresce ainda que, sendo um espaço de vida associativa e de deliberação coletiva, as iniciativas da Economia Solidária funcionam como escolas de democracia, polos de defesa do interesse público e motores do envolvimento cívico, do mesmo modo que, enquanto espaços comunicativos, elas desenvolvem as capacidades de manter debates, derimir conflitos e estabelecer consensos entre indivíduos com valores, interesses e identidades diversas (Enjolras, 2015). A relevância de um projeto de democratização da economia a partir do envolvimento comprometido dos cidadãos evidencia-se também pela criação e disseminação de uma cultura democrática e participativa a partir de práticas económicas geradas na resolução de problemas da vida quotidiana das pessoas.

Importa referir que em outras formas de cooperação, como é o caso da Economia Social, em que o reconhecimento institucional e a competição num espaço dominado pelo sistema capitalista enfraqueceram a sua condição de contrapoder, a dimensão política não se encontra tão desenvolvida como na Economia Solidária.

O quinto ponto diz respeito ao desenho que as iniciativas usualmente assumem. A economia solidária combina modos de agir económico que permitem utilizar de uma forma mais eficaz os recursos disponíveis (trabalho, redes sociais, consciência coletiva) para contrariar as condições adversas. É o que acontece, por exemplo, em certos serviços de proximidade, criados em ruptura com instituições fortemente ideologizadas ou descentradas do cidadão utilizador, em que as preocupações com o respeito pelos cidadãos aguçaram o empenhamento da sociedade civil e a promoção de formas de cidadania ativa (Laville, 2009: 38). Um outro exemplo consiste na associação de produtores agrícolas familiares e de consumidores para o abastecimento de bens alimentares. Partilhando as mesmas preocupações com a qualidade alimentar e também a sua distância face aos mercados agroalimentares, eles concertam formas integradas de produção e consumo que lhes permitem evitar as poderosas cadeias de intermediação do comércio alimentar e viver melhor (Bernon, 2013).

4. A economia solidária em Portugal: principais características, desafios e perspectivas

Sendo Portugal uma sociedade da semiperiferia do sistema mundial, evidencia, também neste aspeto, uma dualidade de formas de economia solidária que simultaneamente se aproximam e se afastam dos modelos do centro e da periferia. Ou seja, a economia solidária combina formas em que a motivação predominante é a criação de trabalho e rendimento para a população em situação de vulnerabilidade socioeconómica com outras em que a motivação é enfrentar a crise do Estado-Providência, a desvalorização do trabalho e a degradação da qualidade de vida com respostas de iniciativa coletiva e empenhamento solidário que permitam uma vida digna.

Essa dualidade manifesta-se na polarização, por exemplo, entre as formas de economia de subsistência baseadas na reciprocidade—fornos e eiras comunitárias, troca direta entre produtores e consumidores, mutualismo popular, entreatajuda vicinal—e as formas de economia baseadas na redistribuição e na cooperação alargada—cantinas e hortas urbanas, cooperativas de consumo, redes colaborativas de produção local, moeda social e banca ética, feiras de troca e bancos de horas.

Apesar de não existir ainda nenhum mapeamento das iniciativas de Economia Solidária em Portugal, vários estudos têm vindo a dar conta de sua diversidade (Hespanha, 2009; Valentim, 2011; Guerreiro, 2013). Mas apesar destas pistas, a ausência do mapeamento tem mantido lacunas na descrição mais detalhada de uma possível tipologia. Entendemos que, dadas as características específicas do contexto português, o esboço mais consistente de uma teoria sobre a Economia Solidária em PT só será efetivamente possível diante de uma maior presença no terreno, de uma análise mais qualitativa de experiências que hoje são enquadradas em outras categorias e da sistematização destas iniciativas nas diferentes regiões (com atenção ao urbano, mas também ao rural).

É de se ter em conta que a inexistência deste mapeamento em Portugal até à presente data—ou mesmo de um levantamento preliminar das múltiplas iniciativas coletivas de produção, consumo, comercialização e troca que ocorrem nas diferentes regiões—tem contribuído, entre outras coisas, para confundir (e esbater) permanentemente, os limites que separam a Economia Solidária de outras terminologias que a ela, vez por outra, são associadas. Esta confusão usual tem um efeito perverso: contribui para manter em situação de invisibilidade e desvalorização aquelas experiências que sendo comunitárias e informais—muitas delas com fortes raízes no passado, a exemplo da entreatajuda camponesa e do mutualismo rural—escapam a um imaginário de crescimento económico e controle social do Estado. Neste sentido, tais

experiências são socialmente produzidas como ausência, ou seja, como «uma alternativa não-crível (...), invisível à realidade hegemônica do mundo» (Santos, 2007: 29).

Entendemos que este levantamento exploratório é absolutamente necessário para a clarificação dos contornos que distinguem, por exemplo, a Economia Solidária das iniciativas institucionais da Economia Social¹⁰ e, também, das que são usualmente compreendidas no âmbito do empreendedorismo social. Hoje, é bastante comum que estas expressões se misturem no contexto português, contribuindo para a invisibilidade da Economia Solidária – ponto que trataremos na próxima secção.

As experiências ou iniciativas da Economia Solidária e da Economia Social podem distinguir-se a partir de três critérios principais: os sujeitos que as levam a cabo, a sua relação com o Estado e o objetivo social que as move.

Com base nesses critérios, é possível caracterizar a Economia Social em Portugal pelos seguintes atributos: o agente indutor das iniciativas é uma instituição e não os indivíduos envolvidos na atividade desenvolvida; existe uma relação muito estreita entre estas instituições e o Estado em que este reconhece o seu papel na implementação das políticas de bem-estar, mas ao mesmo tempo tutela e condiciona a sua autonomia (o setor da Economia Social é um resultado do pacto da socialdemocracia e do Estado de Bem-estar); o objetivo da Economia Social é colmatar as lacunas sociais verificadas nas diferentes comunidades; os objetivos e a gestão das instituições não são partilhados com as comunidades a quem se dirige a sua ação. Ela não se foca «necessariamente» em atividades ditas económicas, abrangendo outras valências (como a educação, a assistência social, a cultura etc).

A Economia Solidária, por sua vez, caracteriza-se de um outro modo (Hespanha e Santos, 2012; Hespanha et al., 2014): o agente promotor da experiência são as próprias comunidades ou coletivos de indivíduos que se organizam – por vezes de maneira informal – para enfrentar juntos

uma situação de adversidade; ela pode contar com o apoio e o acompanhamento de entidades públicas ou privadas, mas a gestão da iniciativa é do coletivo; a sua relação com o Estado não constitui uma característica distintiva. As iniciativas são autónomas, no sentido em que não são determinadas pelo Estado ou por instituições que o representem; o objetivo das suas iniciativas – de natureza essencialmente económica e se originando, por vezes, do encontro oportuno entre associativismo e economia popular – inscreve-se, como ressalta Laville (2011a, 2011b), numa proposta mais ampla de transformação social, democratização da economia e reformulação do conceito de espaço público. Neste sentido, a Economia Solidária ultrapassa os termos de uma economia de inserção, à medida que se compromete com uma dimensão política, não só nos termos de uma construção da autonomia do sujeito mas também de um alargamento do conceito de ‘económico’, com o respectivo questionamento das diretrizes relacionadas ao mercado capitalista. Ou seja, a Economia Solidária constitui uma das formas (não a única) de questionar na prática muitos dos preceitos valorizados por uma economia mainstream de cariz neoclássica.

Embora haja quem busque aproximações, as diferenças entre a Economia Solidária e o Empreendedorismo Social são ainda mais vincadas¹¹. Enquanto este último constitui um modo de intervenção social (designadamente, projetos sociais) através do qual uma organização ou entidade visa solucionar problemas sentidos por grupos sociais desfavorecidos, a Economia Solidária consiste num modo de os próprios grupos sociais solucionarem coletiva e autonomamente os seus problemas. Se a sustentabilidade e a inovação são prioridades para o Empreendedorismo Social, a Economia Solidária prioriza a cooperação autónoma e a gestão democrática das iniciativas. Os pontos de partida conceituais e os elementos mais valorizados por ambas as perspetivas não são coincidentes, embora seja comum que as duas expressões partilhem, à primeira vista, um mesmo referencial semântico. No caso do

Empreendedorismo Social, entretanto, pode-se dizer que ele está assente nas seguintes prerrogativas em Portugal:

- 1—não tem um foco necessariamente coletivo, podendo tratar-se de iniciativas em que o indivíduo em vulnerabilidade socioeconómica é estimulado a abrir seu próprio negócio para enfrentar o desemprego estrutural ou a falta de oportunidades numa determinada área laboral;
- 2—há uma preocupação acentuada com a replicabilidade, de modo que os conceitos de escala e de impacto são fundamentais para a avaliação do contributo das experiências;
- 3—há também uma preocupação com a eficiência das experiências, entendida esta como uma medida de adequação ao mercado, o que leva à necessidade prévia de preparar o empreendedor para a relação com o mercado;
- 4—adota as linguagens da gestão e do marketing de modo a tornar as iniciativas mais atraentes tanto para o mercado quanto para as instituições financiadoras de projetos.

A Economia Solidária, por sua vez, enfatiza outros elementos. Foca-se na articulação coletiva e na gestão compartilhada, dois atributos que contribuem não só para a autonomia económica mas também para a autonomia simbólica dos sujeitos implicados¹². A escala e o impacto, embora tenham cada qual sua importância, não definem em absoluto as experiências de Economia Solidária. Quanto à escala, a preocupação maior é com a adequação da experiência ao contexto específico onde ela se desenvolve para responder a necessidades particulares e não tanto com o modo como essa resposta se pode replicar em grande escala (essa é mais a preocupação dos investidores e dos doadores). Quanto ao impacto, as métricas amplamente empregadas pelo mercado não constituem a base para a análise das iniciativas de Economia Solidária, pelo facto de essas métricas terem menos importância para as vidas das pessoas do que a autonomia trazida pela ação coletiva. A relação

com o mercado (ou, pelo menos, o isomorfismo com o mercado), tão valorizada pelo Empreendedorismo Social, é, por sua vez, bastante problematizada na Economia Solidária, que aposta na possibilidade de coexistência de uma outra racionalidade económica (Santos, 2008). Embora a ES não rivalize necessariamente com o mercado, podendo em algumas circunstâncias até interagir com ele, ela busca, em essência, prescindir do mercado, estimulando formas não-capitalistas de produção, consumo e crédito. Neste sentido, métricas amplamente empregadas pelo mercado não constituem a base para análise das iniciativas de ES.

Figura 1
A Economia Solidária, a Economia Social e o Empreendedorismo Social em Portugal

Tipo	Economia Solidária	Economia Social	Empreendedorismo Social
Agente	coletivos de cidadãos	instituições	indivíduos/coletivos com suporte de instituições
Objetivo	construir autonomia; estimular respostas da própria comunidade à vulnerabilidade social	prover respostas a situações de vulnerabilidade social	resolver questões sociais através de um modelo de eficiência
Estado	pode contribuir mas não interfere	dá diretrizes	pode fomentar através de recursos mas não interfere
Mercado	a relação é mínima; os critérios do mercado são postos em xeque	a relação é bem-vinda	adequam-se produtos e serviços ao mercado
Democracia	fortalece a participação direta através da auto-gestão	objetivo social predominante sobre participação	o foco é o indivíduo e não o coletivo
Gestão	pelo coletivo da iniciativa (pode ser incubada)	pela instituição	pelo coletivo da iniciativa (pode ser incubada)

Apesar das distinções conceituais, nem sempre é fácil definir o que pertence ou não ao campo da Economia Solidária em Portugal. Daí a relevância—e mesmo urgência—de um estudo mais aprofundado sobre o conjunto de experiências que encaixam nesta designação. Tendo em conta o pouco reconhecimento daquilo que é informal no contexto português (ainda muito confundido, em alguns casos, com o ilegal) e a preocupação em adequar-se a um enquadramento europeu, entendemos que só um levantamento mais minucioso das experiências coletivas/comunitárias portuguesas poderá dar-nos uma ideia mais precisa dos contornos da Economia Solidária por aqui. Contudo, tendo em conta as nossas experiências no terreno e as particularidades da Economia Solidária que identificamos relativamente a outras experiências que com ela dialogam, estabelecemos alguns critérios para a identificação das iniciativas. Estes critérios podem variar relativamente ao conjunto de pressupostos adotados em outros países. Ressaltamos, também, a possibilidade de que algumas iniciativas não se encaixem em todos os critérios. Deste modo, são consideradas pelo Eco-sol/CES¹³ iniciativas de Economia Solidária em Portugal (doravante IES) aquelas que:

- 1—implicam sempre práticas coletivas de atividade económica (seja na produção, no consumo, no crédito, na distribuição, na comercialização e/ou na reprodução social);
- 2—envolvem processos de decisão partilhada e democrática, configurando a presença da auto-gestão ou co-gestão;
- 3—podem referir-se, também, a práticas comunitárias, em que se revelem como elementos norteadores a entreadajuda e o fazer coletivo;
- 4—implicam uma forma específica de distribuição dos resultados, qual seja a de distribuição equitativa destes mesmos resultados;

- 5—estão baseadas numa perspetiva bastante específica de solidariedade, vista como distribuição equitativa de bens e oportunidades;
- 6—estão comprometidas, à partida, com as perspetivas de autonomia económica e simbólica dos sujeitos nela envolvidos, o que significa que estes não são só assistidos mas também instados a criar as próprias soluções;
- 7—primam pela simetria entre as partes na relação que estabelecem entre si.

No seu conjunto, distinguimos dois tipos principais de agentes—as iniciativas de economia solidária propriamente ditas (IES) e as entidades de apoio às iniciativas (EAI). São estas últimas (figura 3), aliás, as que constituem ponto de intersecção entre a Economia Solidária e a Economia Social—já que é comum vê-las, em Portugal, incubando, promovendo e/ou apoiando tais experiências. O que diferenciara as IES de outras promovidas e desenvolvidas pelas entidades de Economia Social será o facto de as primeiras implicarem:

- 1—autogestão por parte dos cidadãos ou, no mínimo, a participação direta nos rumos e no conjunto de decisões que afetem a iniciativa;
- 2—distribuição equitativa dos resultados e das oportunidades entre os membros e
- 3—construção coletiva de uma iniciativa económica de produção, consumo, comercialização ou crédito.

Na figura 2, apresenta-se o esboço de uma tipologia para a Economia Solidária no contexto português, deliberadamente sem menção de exemplos dentro de cada categoria pois, apesar de já existirem alguns estudos que identificam alguns desses exemplos, torna-se necessária uma investigação de maior fôlego no terreno para sua confirmação como iniciativas efetivas de Economia Solidária.

Figura 2
Iniciativas de Economia Solidária e entidades de apoio às IES em Portugal Esboço de uma tipologia (Ecosol/CES)

Tipologia	Iniciativas de Economia Solidária em Portugal (IES)
Arranjos coletivos (formais e informais) de produção, consumo, comercialização e crédito; e de criação de projetos	Cooperativas e associações (formais /informais) de cunho popular; grupos de consumo; mercados solidários de trocas; mutualidades populares (como fundos rotativos, poupanças coletivas, mútuas de gado e sistemas de rega coletiva); coletivos de cidadãos para a consolidação da Economia Solidária
Práticas de entreaajuda comunitária na produção	Formas comunitárias de entreaajuda na produção (pastoreio, vindima, colheitas e construção de habitação)
Gestão comunitária de recursos rurais	Equipamento comunitário: fornos, cozinhas comunitárias, eiras, represas, açudes, barrocas, levadas, poços, lavadouros, moinhos; baldios
Práticas coletivas e urbanas de valorização dos espaços públicos e/ou comunitários	Hortas urbanas e comunitárias; projetos coletivos de relação com a cidade; oficinas comunitárias
Serviços de proximidade no âmbito da reprodução social (com participação direta de cidadãos na gestão do serviço)	Escolas auto-geridas, creches parentais
Formas de articulação entre produtores e consumidores	Circuitos curtos e confiança; confecção de cabazes de alimentos da agricultura biológica, familiar e tradicional
Economia de proximidade	Circuitos de troca com moeda social, mercearias solidárias, redes colaborativas de produção local
Práticas de finanças solidárias	Moedas complementares, moedas de transição, banca ética, bancos de tempo
Comércio Justo	Lojas e projetos de comércio justo

Tipologia	Entidades de Apoio às Iniciativas
Instituições universitárias	universidades, institutos politécnicos, incubadoras, centros de investigação, grupos de pesquisa, investigadores e docentes
Poder Público	Câmaras municipais, juntas de freguesia
Entidades da Economia Social	IPSS, ONGD, ADL, fundações, mutualidades

O que a figura 2 revela é que a Economia Solidária, em Portugal, pode assumir formatos muito diversos—alguns dos quais não institucionalizados. É de referir também que certas iniciativas poderão ganhar mais espaço ou não de acordo com os rumos e demandas sociais. Vivemos, em Portugal e na Europa como um todo, um momento de expansão do movimento de transição, de crescimento da agricultura urbana, de visível ampliação das iniciativas de consumo crítico e solidário, de estímulo aos circuitos curtos. Tudo isto aponta para novos modos de mobilização cidadã.

Apesar deste cenário, uma comparação com outras sociedades evidencia que o setor da economia solidária é ainda muito débil entre nós, mesmo tendo em conta a relativa invisibilidade do fenómeno e a falta de um recenseamento fiável. Ainda assim, a Economia Solidária em Portugal não deve ser vista como um fenómeno recente—recente é, na verdade, o hábito de lhe atribuímos um nome. Em determinados contextos históricos de maior efervescência social e política ocorreram efetivamente iniciativas que podemos seguramente designar de economia solidária. Foi o que se passou na segunda metade dos anos 70, na sequência da revolução de abril, em que se multiplicaram as formas de ação coletiva para dar resposta a necessidades básicas nos mais diversos domínios da vida social desencadeadas por uma crise aguda da economia capitalista (encerramento de empresas, descapitalização, abandono) combinada com as aspirações dos trabalhadores a um modelo de gestão mais democrático e participado. Se essa experiência riquíssima deu lugar a muitas das associações de base que hoje identificamos com a economia solidária, há que reconhecer que uma boa parte dela se perdeu nas décadas seguintes por força da sua estranheza relativamente ao modelo económico europeu que veio a ser adotado. Atualmente as fórmulas associativas autónomas dos trabalhadores são claramente subalternizadas pelas entidades públicas, ao mesmo tempo que faltam outros apoios indispensáveis na sociedade civil que possam ajudar à concretização de projetos viáveis. Avaliemos, então, ainda que brevemente, o porquê desta invisibilidade.

5. A invisibilidade da economia solidária

A economia real já foi comparada a um iceberg, em que apenas o modo capitalista de organizar a economia é visível (Gibson-Graham, 1996 e 2006). No entanto, na nossa atividade quotidiana, estamos rodeados de múltiplas formas de intercâmbio, circulação e redistribuição de bens e símbolos que não se encaixam nesse modelo e permanecem praticamente invisíveis (Gardin, 2006). Algumas delas, como a cooperação de vizinhança, o trabalho não pago ou a dádiva de bens e serviços, são responsáveis por uma boa parte da reprodução social, bem como dos fluxos de coisas, serviços e ideias, tal como Karl Polanyi e outros salientaram (Polanyi, 1957; Polanyi, Arensberg, Pearsen, 1975; Mauss, 2007).

Diversas iniciativas e experiências baseadas em decisões coletivas, ajuda mútua, reciprocidade e distribuição justa dos recursos locais permanecem quase invisíveis.

Se esses sinais revelam a vulnerabilidade social desses grupos, eles também revelam a força de laços comunitários, que reúnem potencial para revitalizar as antigas formas de organização económica, bem como para suscitar de novas modalidades de solidariedade capazes de redefinir a economia como um todo.

Os setores de pequena produção independente que não foram destruídos no processo de expansão do capitalismo industrial obrigaram os governos a um maior ou menor compromisso com eles devido à sua relevância económica e social para a sobrevivência de uma parte significativa da população (Marsden, 1991:12). Esse compromisso manifestou-se de diferentes modos mas inclui seguramente apoios e incentivos económicos e financeiros à atividade, isenções ou reduções de impostos e, em geral, níveis de regulamentação da atividade menos apertados.

Tal regime de exceção pressupõe que estas economias mantenham uma relação bastante forte com os setores do capital situados a montante e a juzante através da qual se opere o sistema de troca desigual que alimenta o processo

de submissão mercantil dos pequenos produtores autónomos. Nestes termos, compreende-se que todos aqueles fatores que permitem a estes produtores resistir à sua descontextualização (disembedding) – tais como sejam, as redes de entreajuda, os bens comunitários, a troca direta de produtos, os valores de uso, a ação coletiva e os valores solidários – são ignorados, se não combatidos.

O simples facto de essas manifestações de solidariedade (redes, trocas, propriedade comunitária, valores) fazerem parte de uma cultura local que se exprime pela oralidade e pela informalidade torna-as também, de certo modo, invisíveis face ao poder do Estado e intangíveis à regulação por parte deste.

A economia, tal qual a conhecemos, ignora normalmente as dimensões não económicas das economias comunitárias. Atenta à relevância destas dimensões e ciente da pluralidade de formas de garantir as condições de vida (que a política social do Estado simplesmente não resolve), a economia solidária parece delinear outras perspetivas para pensar a economia e integrar produção, consumo, circulação dos bens/saberes e reprodução social.

Considerar a economia solidária como uma esfera económica distinta implica ter em conta uma das suas características mais mercantes: a diversidade. Definida de forma ampla tal como foi apresentado no início, a economia solidária assume as mais diversas formas e procura resolver praticamente todos os problemas que envolvem a gestão de recursos escassos. Podemos analisar esta diversidade de acordo com vários critérios: formal/informal, popular/mercantil, rural/urbano, produção/transformação/troca; produção/reprodução (Cattani *et. al.*, 2009; Hespanha, 2009) mas, para além dos critérios, importa ter em conta que essa diversidade é produto de ajustamentos e adaptações a contextos específicos, de diferentes patamares de dinâmica solidária, da dotação desigual de recursos estratégicos e dos próprios níveis de reconhecimento e de auto-reconhecimento de que gozam os sujeitos envolvidos.

Por isso, as iniciativas de economia solidária têm de ser encaradas como resultantes de um processo ou trajetória mais ou menos sinuosa, com avanços e recuos resultantes não só de um jogo complexo de forças que condicionam essas iniciativas mas também do surgimento de novos fatores que vêm alterar os equilíbrios já conseguidos, como sejam, por exemplo, uma crise económica ou uma nova orientação nas políticas públicas.

Muitas iniciativas solidárias são de natureza informal e envolvem as pessoas que não têm os recursos para se regular legalmente sob a forma de cooperativa ou sob outra forma associativa. Algumas são muito antigas como é o caso das práticas comunitárias ou das iniciativas populares de solidariedade organizadas em torno da reciprocidade e cooperação a nível comunitário (Quijano, 1998, Coraggio, 2007, Coraggio *et al.* 2007, Hespanha, 2016). Localmente enraizadas em fortes redes de sociabilidade, reforçadas pelo conhecimento mútuo, pela transparência dos papéis e pela confiança, elas adaptaram-se a novos contextos e resistiram à incorporação adversa pela economia de mercado (Hespanha, 2006). Mas a economia solidária também pode surgir em ambientes urbanos unindo grupos e movimentos sociais, buscando desenvolver alternativas mais justas, mais sustentáveis e mais humanas ao consumo compulsivo e às relações sociais mercadorizadas (Gaiger, 2009; Laville, 2000; Mance, 2001; Santos, L., 2012; Santos, L., 2011). Em situações de crise económica generalizada, onde os empregos não são garantidos e o desemprego e a precariedade do emprego são sentidos de forma dramática na vida dos trabalhadores, a insatisfação com o sistema económico e o desejo de encontrar alternativas proporcionam novas oportunidades para o envolvimento em iniciativas de solidariedade (Gaiger, 2009).

Cabe aqui, a propósito do peso da informalidade na Economia Solidária, precisar que a Economia Solidária não é informal de *per se*; apenas ressaltamos que uma gama de iniciativas resultantes da articulação coletiva e informal

de cidadãos, no campo e na cidade, ficará de fora dos quadros da Economia Social, encontrando espaço no contexto da Economia Solidária. Fazem parte deste conjunto as iniciativas informais de associativismo popular e as cooperativas de trabalhadores que têm por finalidade fazer face à precariedade e à vulnerabilidade socioeconómica a que o Estado não responde (neste ponto, há interseções possíveis entre a Economia Solidária e a Economia Social). Também é facto a ter em conta que muitas associações e IPSS funcionarão como organizações de promoção e apoio (OPA) das iniciativas de Economia Solidária (IES).

Uma outra característica que importa sublinhar, contrariamente ao que se poderia ser levado a supor a partir da caracterização anterior, é a da condição inovadora que a economia solidária pode assumir. Esta pode agir como um motor de inovação social, permitindo não apenas resolver os problemas sociais, mas também modificar as relações sociais e mesmo infletir as normas sociais (Klein *et al.*, 2014). Uma inovação social que assume assim fortes conotações políticas.

De todos os contributos possíveis, no que respeita a esta dimensão política de que se reveste, é de se ressaltar que a Economia Solidária propõe uma outra leitura do económico. Embora não seja a única vertente crítica possível – como assim o demonstram outras leituras provenientes das economias feministas, pós-coloniais, comunitárias, marxistas, anarquistas, para citar algumas –, a Economia Solidária persiste no seu questionamento a algumas palavras de ordem da economia mainstream. Isto implica não só pôr em xeque, direta ou indiretamente, a perspetiva neoclássica (como, aliás, diferentes escolas económicas o fizeram) mas, também, questionar o próprio conceito de desenvolvimento, que se tem banalizado no discurso de enfrentamento da pobreza (Zein-Elabdin e Charusheela, 2004). Talvez seja exatamente neste ponto que resida uma das principais razões para a sua invisibilidade na sociedade portuguesa – ou para, se preferimos, o sentimento de precaução por parte

de instituições, governos e órgãos de fomento. O questionamento do discurso do desenvolvimento encontra sempre muita resistência por onde passa, como se simplesmente não fizesse sentido pensar mudança social sem uma aposta no desenvolvimento e como se esta fosse um palavra de sentido inconfundível, pleno e único, inclusivamente para os países do Sul e/ou grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Não é o que a teoria, entretanto, tem mostrado (Zein-Elabdin e Charusheela, 2004; Thomas, 2011; Aguinaga *et al.*, 2013; Santos, 2008, Herrera, 2006).

Problematizar o desenvolvimento não significa, entretanto, recusar o conceito, mas, sim, questionar a forma como ele se desdobra nos diferentes programas, discutindo:

- 1— a plausibilidade de suas linhas orientadoras quando aplicadas a diferentes contextos e grupos sociais e
- 2— a sua conexão com um discurso de desenvolvimento económico focado nas capacidades do «indivíduo» (Sen, 1999)¹⁴ e, por isto mesmo, pouco crítico em relação às assimetrias económicas estruturais na distribuição dos recursos em diferentes contextos. Este questionamento, embora ainda em esboço em termos teóricos, é ingrediente importante na construção epistemológica da Economia Solidária e explica, entre outras coisas, não só a sua opção pelo coletivo, mas também a sua atenção para diferentes racionalidades produtivas (Santos, 2008). Também cumpre observar que a Economia Solidária demonstra uma maior sensibilidade por outras questões que integram a dimensão não-económica do económico e que precisam ser levadas em conta, a saber: a autonomia das pessoas, a construção de redes de apoio, a democracia participativa, o fomento às soluções que nascem do coletivo, a valorização dos diferentes saberes e temporalidades.

O discurso corrente do desenvolvimento económico não tem cedido muito espaço, em Portugal, para estas outras preocupações, embora não se possa dizer que elas não existam¹⁵. Contudo, predominam as abordagens que conseguem acomodar, em suas reflexões sobre justiça social, o discurso corrente do desenvolvimento, adotado pelas usuais estruturas de fomento e sem conflitos explícitos com as expectativas da economia de mercado. A expectativa de permanente adequação ao quadro europeu – que mantém o tom de afinção com o mercado, com a ideia de desenvolvimento global e com a noção de crescimento –, reduz a atenção e o desejo de identificação com outras experiências de organização económica fora deste contexto. Ainda assim, experiências europeias que esgarçam os limites do previsível, saindo da curva da esperada sobriedade, tendem a ter irrisória porosidade e a ganhar pouco destaque nos circuitos institucionais portugueses¹⁶.

De um modo geral, as iniciativas de Economia Solidária surgem com particular evidência em tempos de crise, como a que acontece Europa desde 2008, em que novas formas de lidar com as prementes necessidades sociais utilizam a Economia Solidária como um suporte para a transformação da sociedade e para se chegar a um modelo mais democrático e participativo (Klein *et al.*, 2014). É assim que a inovação social, entendida não como uma mera ferramenta para a intervenção, mas como o resultado de uma experimentação social acumulada que responde às fraquezas das instituições, é um dos atributos que se pode associar às iniciativas de economia solidária do nosso tempo (Moulaert, MacCallum, Mehmood e Hamdouch, 2013).

Em muitos países, a economia solidária constitui um campo operacional de transformação social e de ação cidadã. Estamos a referir principalmente as diversas experiências inovadoras – muitas resultantes de uma aliança oportuna entre associativismo e economia popular – que envolvem

formas de produção, consumo, distribuição e de crédito alternativas às do capitalismo. Estas formas muito particulares de organização económica incluem cooperativas de trabalho, consumo e crédito, produção agrícola comunitária, redes de troca solidária, comércio justo, serviços de proximidade, bancos comunitários, fundos rotativos solidários e associações de produtores e consumidores, para citar apenas alguns dos exemplos mais conhecidos. Todas elas, entretanto, evocam, para uma maior e regular disseminação, uma abertura para o questionamento mais profundo sobre o que é o económico e quais as dinâmicas que o compõem na vida quotidiana das mulheres e homens portugueses.

6. O défice de reconhecimento institucional

À relativa invisibilidade da economia solidária em Portugal associa-se o escasso reconhecimento público e sobretudo o quase nulo reconhecimento institucional. O reconhecimento por parte do Estado não só da existência mas também da relevância do papel desempenhado pela economia solidária é praticamente nulo ainda hoje, contrariamente ao que acontece em outros países da Europa e, muito mais ainda, na América Latina. Enquanto existe um reconhecimento muito amplo da Economia Solidária, por exemplo, no Brasil, onde foi criado um departamento de estado (Secretaria de Estado) para se ocupar da Economia Solidária e foi publicada legislação que lhe confere em vários aspetos direitos e benefícios especiais, em Portugal a Economia Solidária é apenas subsidiária e condicionalmente aproveita de certas regalias (as conferidas às organizações de Economia Social) ou beneficia de um interlocutor (CASES¹⁷), como se verá adiante.

Segundo um relatório recente do CIRIEC o setor da Economia Solidária distinguir-se-ia por três características principais:

- a/o tipo de problemas a que ela tenta responder
- b/os atores que estão por detrás dessas iniciativas
- c/a vontade explícita de mudança social (CIRIEC, 2012).

Por outras palavras, ocupa-se de problemas que nem o Estado nem o mercado resolvem de forma satisfatória, agrega um setor da população que quer tomar nas suas mãos a definição e o controlo dessas respostas e luta por soluções novas e por um novo enquadramento institucional das respostas.

As razões do maior reconhecimento institucional da Economia Social estão associadas, portanto, à sua função complementar e substitutiva do Estado Social num contexto em que este sofre, por toda a parte, um processo de reforma que procura reduzir o peso da despesa social pública e o papel do Estado na proteção social.

Neste contexto, a falência das políticas públicas tradicionais para enfrentar problemas sociais que atingem grupos extensos da população leva os governos a apoiarem e a apoiarem-se nas iniciativas que brotam da sociedade civil para preservarem a sua legitimidade política. As respostas da sociedade civil, por sua vez, ajustam-se cada vez mais a este papel de produtor dos serviços que o Estado Social garante aos cidadãos mas não pode produzir diretamente, num processo em que as organizações se assemelham cada vez mais aos serviços sociais públicos (isomorfismo organizacional) e se vão especializando na oferta daquele tipo de respostas que o Estado está disponível para subvencionar, configurando uma situação que já foi designada de sociedade civil secundária (Santos, 1987).

No caso da Economia Solidária, uma primeira e decisiva dimensão do reconhecimento institucional resulta do enquadramento e provisão que o ordenamento jurídico poderia dela fazer. Tomaremos como fontes de referência a Constituição da República Portuguesa e a legislação sobre associativismo económico e social (Lei de Bases da Economia Social).

Um aspeto a salientar, desde logo, é o facto de a lei fundamental portuguesa reconhecer a existência de um *sector cooperativo e social* dentro da economia, a par do setor público e do setor privado, e de especificar as suas modalidades: a economia cooperativa, a economia das comunidades locais, a economia de coletivos de trabalhadores e a economia das «pessoas coletivas, sem carácter lucrativo, que tenham como principal objetivo a solidariedade social» (artº 82º, 4.)¹⁸.

Claramente, a lei reconhece o conceito de Economia Social, incluindo nele quer organizações com intervenção no mercado, como as cooperativas e as mutualidades, quer organizações com fins assistencialistas, como as misericórdias. Mas reconhecerá igualmente aquelas formas económicas que definimos como sendo de Economia Solidária? A resposta é afirmativa para as situações em que estas coincidam com o estatuto das anteriores e possam invocar essa condição. A Lei de Bases da Economia Social de 2013¹⁹ vem definir de uma forma taxativa quem são as organizações que podem levar a cabo atividades económico-sociais: cooperativas, associações mutualistas, misericórdias, fundações, instituições particulares de solidariedade, associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, e outras entidades *desde que dotadas de personalidade jurídica*, que respeitem os princípios orientadores da economia social e constem da base de dados da economia social (artº2º).

Deste modo, a lei submete a atribuição do estatuto de Economia Social a duas condições que, como se viu, muitas das iniciativas de Economia Solidária não cumprem: o terem personalidade jurídica e o estarem incluídas na base de dados da economia social gerida pela CASES. Uma terceira condição – respeitar os princípios orientadores da Economia Social – aparentemente (isto é, se se tiver em conta a definição legal destes princípios) não parece ser limitativa da inclusão das iniciativas de Economia Solidária²⁰.

A Lei de Bases da Economia Social considera de interesse geral o estímulo, a valorização e o desenvolvimento da Economia Social bem como das organizações que a representam e, em conformidade, atribui ao Estado um conjunto de deveres para com estas organizações a:

- a/** «promover os princípios e os valores da Economia Social;
- b/** fomentar a criação de mecanismos que permitam reforçar a auto-sustentabilidade económico-financeira;
- c/** facilitar a criação de novas entidades da Economia Social e apoiar a diversidade de iniciativas próprias deste sector, (...) removendo os obstáculos que impeçam a constituição e o desenvolvimento das actividades económicas;
- d/** incentivar a formação profissional (...), bem como apoiar o seu acesso aos processos de inovação tecnológica e de gestão organizacional;
- e/** aprofundar o diálogo entre os organismos públicos e os representantes da Economia Social (...) promovendo o conhecimento mútuo e a disseminação de boas práticas» (artº 9º).

Não obstante, a lei considera a Economia Social como «subsidiária do Estado» em áreas como a ação social e a solidariedade social, a saúde, a educação, a agricultura, a habitação, a cultura, o ambiente, o desenvolvimento local e o desporto e, por outro lado, ela é omissa em relação às iniciativas de Economia Solidária contrariamente ao que sucede com a legislação equivalente de outros países europeus. Surgida um tanto inopinadamente sem auscultação das partes interessadas, esta lei não teve em conta a diversidade de organizações ou redes que integram a Economia Social e Solidária, limitando-se a copiar a então recentemente aprovada legislação espanhola (Animar, 2012). Assim, a não ser que as iniciativas de Economia Solidária assumam inteiramente os atributos com que a lei define as organizações de Economia Social, incluindo o da personalidade jurídica e o do

registro, elas ficam fora do âmbito da lei e sem possibilidade de invocar os deveres do Estado. Acrescente-se a isto o facto de que elas não são idênticas em propostas e perspectivas.

Quando comparamos com o que se passa em outros países, do espaço europeu, constatamos igualmente tanto a existência de um défice de reconhecimento da economia solidária quanto a existência de um crescente reconhecimento da Economia Social e Solidária, sendo que sob esta ampla designação cobre-se mais um setor da Economia do que um modo diverso de abordar e transformar a economia, independentemente do sector (Nardi, 2014). Alguns países têm uma legislação nacional (ou preparam-na, como a França e Polónia), outros têm um Ministro de Assuntos Sociais e da Economia Solidária (como no Luxemburgo, e até recentemente na França). Outros têm além disso uma série de normas regionais (como na Itália, onde 10 regiões fizeram leis diferentes para a promoção da economia solidária e sustentável). A questão que se coloca aqui é saber se o reconhecimento das diferentes estruturas organizacionais de Economia Solidária é suficiente, ou se existem outros tipos de legislação e políticas que são necessários para ajudar o seu desenvolvimento. Um número de pessoas e organizações que praticam Economia Solidária estão convencidos de que as normas e regulamentos podem, pelo contrário, ser um impedimento e um entrave à livre expressão das iniciativas económicas alternativas, classificando-os e tornando-os homogêneos ou misturando-os com formas mais comerciais/orientadas para o mercado de empresas. Outros acham que deve haver uma regulamentação mais rigorosa para todas as formas de atividade económica, para torná-las responsáveis pelo seu impacto social e ambiental. Mas Economia Solidária não é limitada a apenas uma maneira melhor e mais justa de lidar com assuntos económicos (e financeiros): trata-se de mudar toda a nossa maneira de pensar, produzir e consumir—e, neste sentido, é profundamente um ato político.

Apesar de todas as questões que se colocam, o reconhecimento da Economia Solidária pelo Estado em Portugal é, sem dúvida, assunto da mais alta relevância. Este reconhecimento, entretanto, não deve se confundir com a inclusão da Economia Solidária no contexto da Economia Social, tendo em conta que, como já foi visto, a Economia Solidária não equivale a um subconjunto da Economia Social como alguns autores defendem. Embora seja possível falar em Economia Social e Solidária (RIPRESS, 2014; Laville, 2009), tanto em Portugal como em diferentes países da Europa, é importante ter em mente as diferenças conceituais entre ambas, não sendo esta uma questão menor, ainda que possam complementar-se na construção de uma outra Economia.

Da mesma forma, o poder público deve participar do fomento de iniciativas, sem, entretanto, se sobrepor a elas. Com relativa frequência, experiências de sentido comunitário necessitam de submeter-se ao crivo e controle do poder local para se materializarem no território. É o que ocorre, por exemplo, com muitas hortas comunitárias, em virtude de certos parâmetros que põem em risco o sentido mais profundo da dimensão coletiva pretendida, a saber:

- 1— a existência de um regulamento feito pela autarquia sem a participação direta da comunidade;
- 2— a presença de um gestor que controla o projeto, em lugar da gestão compartilhada;
- 3— a concessão de talhões individuais (em contraposição a uma construção coletiva e participativa da experiência).

Assim como as hortas, os baldios também podem sofrer limitações no seu potencial comunitário em função de modelos mais técnicos de gestão em que os compartes não sejam incentivados a integrar mais efetivamente o processo decisório. Acrescente-se a isto a perda, em perspectiva, do poder destes coletivos diante das alterações à lei dos baldios, com

estes terrenos comunitários poderem vir a integrar o banco de terras se forem considerados improdutivos. Trata-se de uma medida que pode criar espaço para uma privatização/nacionalização dos baldios e uma mudança de mãos no que respeita à gestão destes terrenos, descaracterizando o seu cariz comunitário.

Tendo em conta casos como estes, entendemos que se, por um lado, é importante que o Estado contribua para o reconhecimento de iniciativas comunitárias, por outro, ele deve estar vigilante para não institucionalizar prematuramente o que é suposto preservar a sua natureza coletiva. E, neste ponto, há que se ressaltar uma contradição perigosa: se é verdade que a Economia Solidária carece de maior reconhecimento por parte do Estado, também é igualmente verdade que este Estado não tem deixado de intervir em muitas delas, embora não as veja como mais do que oportunidades de dinamização dos territórios: o que se passa é que elas, para gozar de visibilidade e reconhecimento em Portugal, necessitam de estar ao abrigo formal de um entidade de Economia Social ou sob a égide das autarquias. Tal facto contribui para ampliar o grau de invisibilidade das iniciativas comunitárias enquanto tais e para confirmar o seu enquadramento na lógica da Economia Social, onde a gestão compartilhada não é necessariamente uma regra.

Identificámos, assim, um risco de institucionalização progressiva de uma economia solidária nascente, envolvendo-a antes mesmo que as experiências tomem corpo e se reconheçam sob o termo «Economia Solidária». Referimo-nos, aqui, sobretudo, às experiências embrionárias dos próprios cidadãos, que usualmente só encontram hipótese de continuidade e financiamento se estiverem apoiadas por uma pessoa jurídica. A questão reside no facto de que esta pessoa jurídica em geral também define parâmetros de atuação para estas iniciativas de acordo com diretrizes que nem sempre a comunidade compreende. Fora as experiências que

nascem em coletivos organizados—Ecosol Porto, Movimento Ecos, Assembleia Popular da Graça e Territórios, Rede de Cidadania Montemor-o-Novo, entre outros -, o mais comum é que as iniciativas já nasçam num contexto em que estão sob a dependência de entidades ou autarquias—a exemplo de fornos e hortas comunitárias, de cozinhas comunitárias, de alguns circuitos de troca. Contraditoriamente, esta institucionalização indireta não tem garantido o reconhecimento institucional da Economia Solidária—e este é um importante ponto a ter em conta. O que emerge desta institucionalização é que a Economia Solidária, para existir, se defronta com três desdobramentos possíveis: ou vai se transformando mais e mais em Economia Social, ou se constitui como projetos de desenvolvimento local ou necessita do poder local para garantir e fiscalizar o funcionamento de certas estruturas comunitárias. No primeiro caso, é importante assinalar que a Economia Social é, sem dúvida, uma proposta robusta, coerente e indispensável em Portugal, mas não dá conta de todos os tipos de iniciativas que vicejam no território. No segundo caso, importa referir que o discurso já institucionalizado do desenvolvimento local parte de prerrogativas que nem sempre vão se adequar aos tempos e modos das comunidades e coletivos. No terceiro caso, assinalamos que a forma como o Estado vai orientando a resposta social oferece o risco de minar a possibilidade de os cidadãos estarem à frente de soluções para o seu território e dele participarem mais ativamente. Em maior ou menor intensidade, o que resulta destas formas de subsunção é que o protagonismo vai sendo eliminado à partida—como já foi referido em relação aos fornos comunitários, baldios, hortas comunitárias e algumas moedas sociais.

Esta tendência—que, como vimos, pode asfixiar a Economia Solidária nos seus primeiros passos para uma consolidação—não é, no entanto, uma necessidade. Há casos notáveis, em Portugal, em que entidades de Economia Social não só

apoiam mas também acompanham o fortalecimento de certas iniciativas, garantindo a participação ativa das pessoas envolvidas no planeamento e na definição de curso da atividade. Também há casos em que contribuem para que outras dimensões das iniciativas apareçam, a exemplo do fortalecimento da luta das mulheres. É um começo. Relativamente ao Estado, também há notícia de autarquias e juntas de freguesia que se envolvem nas iniciativas sem que comprometam o protagonismo ou a autonomia da comunidade.

No que concerne ao Estado, é de referir também que seu papel pode e deve ser mais ativo, no sentido de garantir condições de pleno desenvolvimento das iniciativas coletivas/comunitárias. Há coisas concretas que as autarquias podem fazer para reconhecer a relevância social e conferir maior visibilidade à Economia Solidária. Como mostra documento recente da RIPESS, o Estado pode, por exemplo, «dar prioridade nos contratos públicos às iniciativas de economia solidária», apoiando coletivos de produção agroalimentar ou a agricultura familiar em cantinas e refeições escolares públicas e, com isto, suscitar novos parâmetros de produção e consumo. Pode, ainda, «garantir que os fundos de desenvolvimento [sejam] controlados por representantes das comunidades onde serão aplicados», de modo a ampliar a participação da própria comunidade na avaliação das propostas de desenvolvimento de que são alvo (RIPESS, 2015:16). Independente da estratégia que adote, torna-se fundamental que o Estado reconheça e valorize a articulação dos cidadãos para a solução de problemas comuns.

7. Primeiras conclusões: para desocultar a Economia Solidária

Neste artigo, procuramos fazer um esboço do que pode ser entendido como Economia Solidária em Portugal, enfatizando, em termos epistemológicos, algumas diferenças importantes relativamente a outros conceitos que vigoram no contexto português. Dentre as ideias centrais que gostaríamos de destacar a título de conclusão, cinco ganham aqui destaque.

A primeira delas tem a ver com a relevância e a urgência de um recenseamento acerca das experiências de Economia Solidária em Portugal. O Grupo Ecosol/CES tem buscado recursos para este levantamento e tem se defrontado com algumas dificuldades, já que os órgãos de fomento da investigação usualmente privilegiam outras linguagens de reflexão sobre a Economia. Neste sentido, enfatizamos a importância de que grupos portugueses de investigação sobre o tema dialoguem mais e unam esforços para a construção de um banco de dados robusto, sempre tendo em mente que há um quadro conceitual específico a nortear este recenseamento.

Um segundo ponto diz respeito ao contributo que instituições portuguesas podem dar—em particular as que já trabalham com projetos de redução da vulnerabilidade social—ao fortalecimento de iniciativas coletivas de economia solidária. Este contributo pode se traduzir, sobretudo, no estímulo à autonomia destes coletivos através da sua participação direta nos processos de planeamento e decisão dos projetos e da sua preparação para uma posterior independência. Neste sentido, enfatizamos que as instituições de economia social podem ser uma mais-valia para a expansão e o fortalecimento político destas iniciativas construídas por coletivos de cidadãos.

Um terceiro ponto a destacar é a importância de uma maior participação do Estado neste processo de reconhecimento da Economia Solidária. Salientamos que, mais do que apoiar com recursos materiais estas iniciativas, o Estado pode ter um papel mais ativo, por exemplo, adaptando medidas fiscais à realidade de muitos portugueses que, hoje, se organizam coletivamente para enfrentar a situação de vulnerabilidade em que vivem. O Estado também pode estimular a Economia Solidária através de compras públicas, da promoção de redes colaborativas de produção local e do reconhecimento de formas comunitárias de construção do crédito, longe do endividamento dos cidadãos pela banca. Com vista ao desenvolvimento local, o Estado também pode e deve apoiar o recenseamento destas iniciativas, aproveitando a sua expansão, no urbano e no rural, para estimular formas de democracia participativa.

Referimos, ainda, a importância da construção de redes entre as próprias iniciativas e as entidades que usualmente as apoiam, a exemplo da Rede Portuguesa de Economia Solidária. Estas redes podem ser de grande valor no sentido de:

- 1—permitir a troca de informações sobre oportunidades, dificuldades e desafios enfrentados pelas diferentes experiências;
- 2—expandir o conhecimento, em Portugal, sobre outras experiências europeias, sem deixar de beneficiar dos contributos de um diálogo e uma parceria mais sistemática com o Sul (Santos, 2014), marcado por interessantes experiências de emancipação social e
- 3—exercitar o questionamento da economia convencional e do quanto certas perspectivas mainstream podem se reproduzir mesmo em iniciativas económicas coletivas.

Como último ponto, e talvez o mais importante de todos, ressaltamos a relevância da economia solidária para suscitar perguntas à Economia, contribuindo para que cidadãos portugueses pensem melhor e mais frequentemente sobre uma infinidade de conceitos, todos típicos de uma economia de mercado: crescimento, performance individual, escolha racional, desenvolvimento, riqueza, pobreza, produtividade, distinção social, eficiência. Polanyi, a este respeito, nos deixa um recado: o de que esta economia que julgamos ser a única possível, não é suficiente para dar conta dos diferentes e múltiplos modos de organizarmos a vida material.

NOTAS

[[]¹ Jardins comestíveis são aqueles em que, além de flores, se produzem alimentos, plantas medicinais e/ou aromáticas (Reis, Queiroz e Frões, 2004).

[[]² Sobre a matematização da economia, ver Zein-Elabdin (2004). Sobre os efeitos da revolução marginalista, ver Callari (2004).

[[]³ Para saber mais sobre a análise de McCloskey acerca da relevância da Estatística no universo económico, ver McCloskey and Ziliak (2008).

[[]⁴ Machado (2012) ajuda-nos a compreender a diferença entre as abordagens substantivistas e formalistas na Economia. Esta confrontação teórica foi chamada de «O Grande Debate». Conforme explica Machado (2012: 166-167), «a discussão girou em torno da possibilidade de utilização e aplicação da moderna teoria económica para estudar e analisar as economias do passado, isto é, de sua pretensa aplicação universal enquanto base explicativa da realidade. Os substantivistas, encabeçados por Polanyi (...), defendiam que o esquema formalista-assente no modelo neoclássico da teoria económica—apenas é aplicável ao estudo das modernas economias capitalistas, em que os mercados formadores de preços desempenham um papel fulcral (...) [Nestes termos], a definição substantiva (...) encara a economia como um processo instituído de interação entre o homem e seu ambiente, resultando em contínua oferta de meios materiais para satisfazer suas necessidades, esta sim, com caráter universal (...) O campo formalista, por seu turno, defende que o comportamento humano maximizador traduzido na afetação de recursos escassos a fins alternativos, isto é, a «economização», se encontra em todas as sociedades humanas».

[[]⁵ Com a revolução marginalista, o princípio da utilidade substitui em importância o princípio do valor-trabalho. Consequentemente, a formação de preços e a identificação das «margens», na gangorra da oferta e da procura, aparecem como preocupações essenciais da teoria económica moderna. Nestes termos, a abordagem formalista, neoclássica por excelência e voltada para o princípio da utilidade, estará assente numa matematização da economia e na perspetiva de que a universalidade do comportamento racional do homem nas suas escolhas confirmará a teoria moderna como meio de explicação para toda e qualquer experiência de organização económica. Para saber mais, ver Machado (2010, 2012).

[[]⁶ O sentido de invisibilidade aqui empregado relaciona-se com a produção, a fabricação de uma ausência, nos termos amplamente discutidos por Santos (2006, 2007).

[[]⁷ Também é importante chamar a atenção, aqui, para os estudos da Economia Anarquista (que tanto podem derivar para uma leitura liberal quanto para uma perspectiva socialista de como pode funcionar a economia). O que nos cabe ressaltar é, entretanto, a relevância das reflexões dos socialistas utópicos - que constituem as bases da Economia Anarquista—para um novo modo de pensar, primeiramente, a produção e a propriedade: nestes termos, a propriedade privada ou do Estado cede lugar à propriedade coletiva da terra e dos recursos, com a devida autogestão da produção a partir do controle dos trabalhadores. Em segundo lugar, é de se ressaltar, aqui, a influência dos princípios comunitários preconizados pela economia anarquista (ainda que não haja muita consciência acerca desta influência) nas economias comunitárias.

[[]⁸ As economias indígenas, como economias comunitárias que são, constituem um bom exemplo da redistribuição interna dos recursos (e, portanto, assinalam que outras formas de distribuição dos excedentes são possíveis). Reciprocidade e redistribuição são duas das bases sobre as quais as economias indígenas estão assentes. Santos (2016: 9) dá o exemplo das comunidades originárias no altiplano andino: dentro da família nuclear, o que se costuma ver é a redistribuição dos bens produzidos. Na família extensa e na comunidade, por sua vez, «praticam-se a redistribuição (de bens), a reciprocidade (em trabalho e produtos) e a troca (em que uma medida de valor orienta a relação económica)».

[[]⁹ Práticas de reciprocidade no ambiente rural (e não só) demonstram, igualmente, que o salário não é a única forma de reconhecer o trabalho.

[[]¹⁰ Este artigo não tem o objetivo de analisar as relações entre as Economias Social e Solidária. Apenas quer ressaltar, como posição dos autores, que a Economia Solidária em Portugal não deve ser vista como uma outra face da Economia Social portuguesa, como um complemento mais tímido da mesma ou mesmo como nova economia social (nos termos propostos por Defourny e Develtere (1999). Isto não significa deixarmos de reconhecer que a Economia Solidária estabelece com a Economia Social importantes vínculos e dela também se beneficia para o surgimento e a consolidação de iniciativas. Um exemplo são as feiras de trocas e as moedas sociais, já que associações de desenvolvimento local e algumas IPSSs têm vindo a exercer importante papel na estimulação e na incubação de algumas experiências portuguesas. Entretanto, é importante ter em conta que algumas destas iniciativas vão se manter mesmo no âmbito da Economia Social, com as entidades conduzindo e mantendo a gestão da experiência. Outras focarão na gestão compartilhada pelos cidadãos e na autonomia da experiência a médio e longo prazo. São estas que se enquadrarão melhor, segundo nossa perspetiva, na definição de Economia Solidária.

[[]¹¹ Para saber mais sobre o conceito de Empreendedorismo Social, ver Defourny & Nyssens (2010). Para saber mais sobre as diferenças entre a Economia Solidária e o Empreendedorismo Social, veja-se Hespanha, Santos, Silva e Quiñonez (2014).

[[]¹² É relevante ter em conta o recorte de género que a Economia Solidária pode assumir em alguns contextos - sobretudo na América Latina. Sendo predominantemente abraçada por mulheres em países como o Brasil, a Economia Solidária contribui para maior autonomia económica e simbólica destas mulheres e para o reconhecimento de seus contributos na organização da vida económica. Esta característica não é, entretanto, uma particularidade da Economia Solidária, sendo encontrada em outros arranjos comunitários de mulheres, como o demonstram Cunha (2011) e Martins (2008).

[[]¹³ Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

[[]¹⁴ Para uma crítica da abordagem de Amartya Sen, focada no indivíduo e usualmente utilizada pelo PNUD e outras agências de fomento ao desenvolvimento, ver: Tungodden (2001), Herrera (2006) e Machado e Pamplona (2008). Sobre a perspetiva (ainda) neoclássica de Sen, diz Herrera (2006): «Sen (...) é usualmente apresentado como uma outra voz na luta contra a pobreza. Suas análises se concentram na escassez de recursos (...) dos pobres, impedindo-os de sair da pobreza participando de forma ativa nos mercados. As ideias de Sen têm influenciado consideravelmente as organizações internacionais relacionadas ao desenvolvimento humano. Entretanto, o seu pensamento é uma cópia perfeitamente compatível da teoria neoclássica (incluindo a teoria do equilíbrio geral e seu individualismo metódico) (...) Obcecado pelo indivíduo solitário e suas oportuniidades (e capacidades) de escolha, Sen quase que sistematicamente negligencia a questão da distribuição dos recursos entre grupos sociais e, acima de tudo, a questão das desigualdades na distribuição do capital (...)». Disponível em: http://monthlyreview.org/2006/05/01/the-neoliberal-rebirth-of-f-development-economics/

[[]¹⁵ Veja-se, a propósito, a desconstrução do conceito de desenvolvimento em Amaro (2004)

[[]¹⁶ Veja-se o caso das moedas complementares. A comunidade portuguesa ainda revela certo cuidado na adoção de moedas complementares para dinamizar economias locais - em parte por conta da preocupação com a legalidade de uma moeda alternativa ao euro. Curiosamente, outros países europeus têm demonstrado uma política bem mais audaciosa em relação às moedas complementares. O mayor de Bristol, na Inglaterra, decidiu receber seu salário integralmente em Bristol Pounds, pagando também parte dos salários dos funcionários públicos com esta moeda. Na Alemanha, a moeda Chiemgauer mostra a sua força, circulando duas vezes e meio mais rápido do que o euro na região da Baviera. Todas estas iniciativas, entretanto, ainda circulam pouco entre os portugueses.

[[]¹⁷ Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

[[]¹⁸ Esta última categoria foi introduzida na revisão constitucional de 1997.

[[]¹⁹ Lei n.º 30/2013, de 8 de maio.

[[]²⁰ Os (alguns desses) princípios: «o primado das pessoas e dos objetivos sociais; a adesão e participação livre e voluntária; o controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros; a conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral; o respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade; a gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social; a afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. (2009), *Dialética negativa*, Tradução de CASA-NOVA, M. A., Revisão Técnica de SILVA, E. S. N., Jorge Zahar, Rio de Janeiro.
- ARAÚJO, E. T. (2012), *(In)consistências da gestão social e seus processos de formação: um campo em construção*, Tese (Doutorado em Serviço Social)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- BIALOSKORSKI NETO, S. (2004), *Cooperativismo é economia social, um ensaio para o caso brasileiro*, OCB, Cuiabá/MT. (Apostila)
- BOULLOSA, R. (2009), «Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de gestão social a partir das perspectivas da *policy analysis* e da abordagem social da aprendizagem», *Anais do 11º Colóquio Internacional sobre Poder Local*, Salvador, CIAGS/UFBA.
- BOULLOSA, R. e SCHOMMER, P. C. (2008), «Limites da natureza da inovação ou qual o futuro da gestão social?» *32º EnANPAD–Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, ANPAD.
- BOULLOSA, R. e SCHOMMER, P. C. (2009), «Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de lampedusa?» *Anais do 3º Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social*, Juazeiro/Petrolina, NIGS/UNIVASF.
- CANÇADO, A. C. (2007), *Incubação de Cooperativas Populares*, Nesol/UFT, Palmas.
- CANÇADO, A. C. (2011), *Fundamentos teóricos da gestão social*, Tese (Doutorado em Administração)–Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- CANÇADO, A. C. (2013a), *Gestão social: aprofundando a discussão*, Relatório (Estágio Pós-doutoral em Administração) EBAPE/FGV, FGV, Rio de Janeiro.
- CANÇADO, A. C. (2013b), «Gestão social: um debate para a construção do campo», *NAU–A Revista da Residência Social*, vol. IV, (6), pp.191-209, Mai/Out.
- CANÇADO, A. C. e GHIZONI, L. D. (2013), «ITCP/NESOL/UFT, ontem, hoje e amanhã: um balanço dos primeiros cinco anos», *NAU–A Revista da Residência Social*, vol. IV, (6), pp.19-33, Mai/Out.
- CANÇADO, A. C. e PINHEIRO, L. S. (2014), «Gestão social: uma análise comparada da produção científica nos ENAPEGS 2007-2013», *RIGS –Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, vol. III, (3), set./dez., pp.15-31.
- CANÇADO, A. C., PEREIRA, J. R. e TENÓRIO, F. G. (2013), *Gestão social: epistemologia de um paradigma*, CRV, Curitiba.
- CANÇADO, A. C., PEREIRA, J. R. e TENÓRIO, F. G. (2015), *Gestão social: epistemologia de um paradigma*, 2 Ed., CRV, Curitiba.
- CANÇADO, A. C., PINHEIRO, L. S. e PEREIRA, J. R. (2014), «Gestão Social e Controle Social: por uma participação propositiva», *Anais do 5º GIGAPP–Congresso Intenacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas*, Madrid, GIGAPP.
- CANÇADO, A. C., SAUSEN, J. O. e VILLELA, L. E. (2013), «Gestão social versus gestão estratégica», in TENÓRIO, F. G. (Ed.) *Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial*, FGV, Rio de Janeiro, pp. 15-100.
- CANÇADO, A. C., TENÓRIO F. G. e PEREIRA, J. R. (2011), «Gestão: reflexões teóricas e conceituais», *Cad. EBAPE.BR [online]*, vol. IX, (3), pp. 681-703.
- CANÇADO, A. C. et al. (2012), «Movimento e Princípios Cooperativistas: Evolução e Reflexões para Novos Es tudos», in CANÇADO, A. C., TENÓRIO, F. G. e SILVA JR, J. T. (Eds.) *Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações*, UNIJUÍ, Ijuí.
- CANÇADO, A. C. et al. (2013), «Desfazendo um mal entendido: dis cutindo as diferenças entre lucros e so bras», *Administração Pública e Ges tão Social*–APGS, vol. V, (1) pp.56- 69, jan/mar.
- CANÇADO, A. C. et al. (2014), «Gestão Social, Autogestão e Gestão Democrática: uma abordagem conceitual baseada na Navalha de Occam», *Anais do 5º Latin American and European Organization Studies*, Havana, LAEMOS.
- CARRION, R. M. (2007) «Gestão social: especificidades e práticas em discussão», in SILVA, J. G. et al. (Eds.) *Tecnologias de gestão: por uma abordagem multidisciplinar*, Vol. II, EDUFES, Vitória.
- CHAUI, M. (2011), *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, 13 Ed, Cortez, São Paulo.
- CORRAGIO, J. L. (2000), «Da economia dos setores populares à economia do trabalho», in KRAYCHETE, G. (Ed.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Vozes, Salvador.
- FBES–FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2015), *O Fórum Brasileiro de Economia Solidária*. Consultado a 20/03/2015, em: http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57.
- FISCHER, T. (2002), «Poderes locais, desenvolvimento e gestão–uma introdução a uma agenda», in FISCHER, T. (Ed.), *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*, Casa da Qualidade, Salvador, pp.12:32.
- FRANÇA FILHO, G. C. (2002), «Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais», *Bahia Análise & Dados*, Salvador, vol. XII, (1), pp. 9:19.
- FRANÇA FILHO, G. C. (2003), «Gestão Social: um conceito em construção», *Anais do 9º Colóquio Internacional sobre Poder Local*, Salvador: CIAGS/UFBA. 1 CD ROM.

- FSM – FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (2015), *O que é Fórum Social Mundial?* Consultado a 20/03/2015, em: http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1 >.
- GAIGER, L. I. (2000), «Sentido e possibilidades da economia solidária hoje», in KRAYCHETE, G. (Ed.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Vozes, Salvador.
- HABERMAS, J. (2003a), *Direito e democracia: entre a facticidade e a validade*, volume II, 2 Ed, Tradução de SIEBENEICHLER, F. B., Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro. (Biblioteca Tempo Universitário, 102)
- HABERMAS, J. (2003b), *Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, 2 Ed, Tradução de KOTHE, F. R., Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro. (Biblioteca Tempo Universitário, 76)
- HABERMAS, J. (2012a), *Teoria do Agir Comunicativo: Racionalidade da ação e racionalização social*, Vol. I, WMF Martins Fontes, São Paulo.
- HABERMAS, J. (2012b), *Teoria do Agir Comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*, Vol. II, WMF Martins Fontes, São Paulo.
- KLIKSBERG, B. (Ed.) (1993), *Pobreza: un tema impostergable. Nuevas respuestas a nivel mundial*, Fondo de Cultura Económica, México, 1993.
- MANCE, E. A. (2002), *Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e liberdade*, Vozes, Petrópolis.
- MARX, K. (2005), *A questão judaica*, Tradução de CHAGAS, S. D., Centauro, São Paulo.
- MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SENAES – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA; FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2007), *Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social* – Brasília, MTE, SENAES, FBES.
- MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2015a), *O que é economia solidária?* Consultado a 20/03/2015, em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>.
- MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2015b), *Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária – SIES – Disponibiliza Nova Base de Dados. Boletim Informativo – Edição Especial Divulgação dos dados do SIES 2013*. Consultado a 20/03/2015, em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A-416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf>.
- NUNES, D. (2009), *Incubação de empreendimentos da economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação*, Anablume, São Paulo.
- PIRES, V. et al (2014), «Dossiê – Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais», *Revista de Administração Pública e Gestão Social*, vol. VI, (3), jul./set., pp. 110–126.
- RAMOS, A. G. (1981), *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*, 2 Ed, Tradução de CARDOSO, M., FGV, Rio de Janeiro.
- RICO, E. M. E RAICHELIS, R. (Eds.) (1999), *Gestão social: uma questão em debate*, EDUC/IEE, São Paulo.
- SCHNEIDER, J. O. (1999), *Democracia, participação e autonomia cooperativa*, 2 Ed., UNISINOS, São Leopoldo.
- SERVA, M. (1997), «A racionalidade Substantiva Demonstrada na Prática Administrativa», *RAE*, vol. XXXVII, (2), Abr./Jun.
- SILVA JR, J. T. (2008), «Descentrando a pesquisa: o laboratório interdisciplinar de estudos gestão social (LIEGS)», in SILVA JR, J. T. et al. (Eds), *Gestão Social: Práticas em debate, teorias em construção*, Imprensa Universitária, Fortaleza.
- SILVEIRA, T. S. (2013), *Avaliação da participação cidadã no Conselho Municipal da Saúde em Imperatriz – MA*, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas.
- SILVEIRA, T. S., CANÇADO, A. C. E PINHEIRO, L. S. (2014), «A participação no Conselho Municipal de Saúde ne Imperatriz-MA na perspectiva da gestão social e da cidadania deliberativa», *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, vol. III, pp. 45–60.
- SINGER, P. (2003), *Introdução à economia solidária*, Fundação Perseu Abramo, São Paulo.
- TENÓRIO, F. G. (1998), «Gestão Social: uma perspectiva conceitual», *Revista de Administração Pública*, vol. XXXII, (5), pp. 7-23.
- TENÓRIO, F. G. (2001), «PEGS: 10 anos depois», *Rev. Adm. Pública*, vol. XXXV, (5), pp.189-191, Set/Out.
- TENÓRIO, F. G. (2008a), *Tem razão a administração?* 3 Ed., UNIJUÍ, Ijuí.
- TENÓRIO, F. G. (2008b), *Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado*. 3 Ed., UNIJUÍ, Ijuí.
- TENÓRIO, F. G. (2012), «Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento», CANÇADO, A. C., TENÓRIO, F. G. e SILVA JR, J. T. *Gestão social: aspectos Teóricos e aplicações*, UNIJUÍ, Ijuí, pp.23-36.
- TOCQUEVILLE, A. (1987), *Democracia na América*, 2 Ed., Tradução e notas de SILVA, N. R., EDUSP/Itatiaia, Belo Horizonte.
- WOOD JR., T. E PAULA, A. P. P. (2002), «Pop-management: contos de paixão, lucro e poder», *Organ. Soc.*, vol. IX, (24), pp. 39–51.